

REVISTA

El Periplo Sustentable.

Universidad Autónoma del Estado
de México

www.psus.uaemex.mx

ISSN: 1870-9036

Publicación Semestral

Número: 21

Julio / Diciembre 2011

ARTÍCULO

Título:

Aspectos de infraestructura e
serviços como indicadores
da turistificação na Vila de
Encantadas, Ilha do Mel (Brasil)

Autores:

Daniel Hauer Queiroz Telles
(Brasil)

José Manoel Gonçalves Gandara
(Brasil)

Fecha Recepción:

20/junio/2011

Fecha Reenvío:

30/junio/2011

Fecha Aceptación:

31/julio/2011

Páginas:

171 - 202

Aspectos de infraestructura e serviços como indicadores da turistificação na Vila de Encantadas, Ilha do Mel (Brasil)

Daniel Hauer Queiroz Telles

< Universidade Federal do Pampa >

José Manoel Gonçalves Gandara

< Universidade Federal do Paraná >

RESUMO

A Ilha do Mel representa a realidade de alguns destinos turísticos insulares litorâneos brasileiros, com especificidades que vão desde os aspectos da imagem de um destino alternativo até a fragilidade social e ambiental próprias destes locais. Possui particularidades ímpares (ausência de automóveis e predomínio de pequenas pousadas) desde a evolução da exploração turística que já lhe confere quase quatro décadas. O objetivo deste artigo é analisar as condições de infraestrutura e serviços resultantes do processo de turistificação da vila de Encantadas na Ilha do Mel (Brasil), como forma de elucidar os descompassos na estruturação do destino. O trabalho foi realizado através de pesquisa bibliográfica e documental, além de pesquisa de campo baseada em entrevistas com atores sociais membros da instância de governança local. Como principais resultados, se pode destacar pontos críticos em relação às condições infraestruturais e de serviços tanto para o turismo como para a sociedade. Tal descompasso possibilita constatar que o quadro de esgotamento do destino atingiu seu ápice por volta de 2006, consequência do padrão desregulado de turistificação que ocorreu em meados dos anos 1990 e fim de século.

PALAVRAS CHAVE

Ilha do Mel (Brasil), Turistificação, Planejamento e gestão, Infraestrutura e serviços.



Infrastructure aspects and services
as indicators of turistification.
Villa Encantadas,
do Mel Island (Brazil)

Daniel Hauer Queiroz Telles

< Universidade Federal do Pampa >

José Manoel Gonçalves Gandara

< Universidade Federal do Paraná >

ABSTRACT

The isle of Mel represents the reality of some insular touristic destinations in the Brazilian coasts, with very special peculiarities ranging from the image of an alternative destination to the fragility of social and environmental issues. It has different characteristics, (lack of automobiles and the predominance of small inns), that began since the touristic exploration almost four decades ago. The purpose of the present article is to analyze the conditions of the infrastructure and the services as a result of the process of turistification in Villa Encantada in the isle of Mel (Brazil), as a way to understand the effects on the conformation of such destination. This project was carried out through bibliographical and documental investigation. In addition, a field investigation was conducted based on interviews with the social actors which were members of the local government. From the main results, some specific aspects are of particular interest in relation with the conditions of the infrastructure and the services for both the tourism and the society. Such disparity testifies that the collapse of the touristic destination reached its maximum point between 2006 as a consequence of an irregular turistification that happened in the middle of 1990 and at the end of century.

KEY WORDS

Isle of Mel (Brazil), turistification, planning and management,
infrastructure and services.

JOURNAL

El Periplo Sustentable.

Universidad Autónoma del Estado
de México

www.psus.uaemex.mx

ISSN: 1870-9036

Bi-Annual Publication

Number: 21

July / December 2011

ARTICLE

Title:

Infrastructure aspects and services
as indicators of turistification. Villa
Encantadas, do Mel Island (Brazil)

Authors:

Daniel Hauer Queiroz Telles
(Brazil)

José Manoel Gonçalves Gandara
(Brazil)

Receipt:

june/20/2011

Forward

june/30/2011

Acceptance:

july/31/2011

Pages:

171 - 202



INTRODUÇÃO

O turismo como elemento norteador das transformações socioespaciais tende a atribuir aos territórios o status de *destino*. A característica transversal deste fenômeno implica em um complicador para se atribuir as causas a ele relacionadas, muitas das quais intrínsecas no contexto da sociedade que ora é fixa, ora é flutuante; ora é típica e ora é efêmera. Na tentativa de aprimorar esse complicador analítico, é a partir de recortes temáticos que buscaremos apresentar a seguinte contribuição. Neste sentido foi estabelecido o objetivo de analisar os impactos do processo de turistificação do destino em relação à infraestrutura e serviços, considerando o arranjo institucional que possibilita a governança na ilha do Mel.

A contribuição em acrescentar ao contexto teórico o conceito de turistificação passa por essas breves considerações, uma vez que não basta apenas dizer que esse tipo de ação tenha marcado alguma característica setorial no espaço e no tempo, mas sim de uma totalidade socioespacial que se materializa nas relações e nos objetos, mas também se transforma constantemente. Ao analisar qualquer estágio de um destino turístico se está atribuindo uma análise periódica sobre as relações do turismo em um território. O que não significa, necessariamente, que se esteja analisando os aspectos de uma dada configuração territorial. Nesse sentido, o entendimento de destino é posto em questão, a fim de se estabelecer os aspectos do processo de turistificação.

Sendo o turismo um dos protagonistas da organização territorial, se pode afirmar em relação à ilha do Mel, no litoral do Paraná, que a turistificação surge como resultado da falta de planejamento?

A área de estudo é a vila de Encantadas, um dos setores de ocupação da ilha do Mel que pode ser considerado representativo do processo de turistificação. Caracterizada e acrescida de considerações sobre o modelo de gestão, são

José Manoel Gonçalves Gandara

Professor e Investigador del Departamento de Turismo y del Master / Doctorado en Geografía de la Universidad Federal de Paraná, impartiendo clases y tutorizando/dirigiendo trabajos de investigación en la carrera de grado de Turismo, en el curso de experto en Planificación y Gestión del Turismo y en el Programa de Master y Doctorado en Geografía, trabajando principalmente las áreas de sostenibilidad, marketing, calidad, recursos humanos, planificación y gestión de destinos turísticos y hoteles.

jmggandara@yahoo.com.br

analisados aspectos de infraestrutura e serviços, de modo a permitir uma compreensão sobre a perspectiva que existe a partir desse processo.

Entendendo que, por mais que a realidade no local apresente aspectos problemáticos nos quesitos analisados, através da perspectiva do planejamento, podem ser lançadas oportunidades de renovação, tendo como aprendizado a importância de assumir o turismo como um instrumento a ser trabalhado por todos em busca de um objetivo comum, um desenvolvimento que beneficie a todos. Esses problemas e oportunidades podem ser percebidos nas condições de infraestrutura e serviços locais.

Finalmente, são discutidos os resultados, tendo como enfoque alguns indicadores definidos a partir de aspectos infraestruturais e de serviços que, por estarem relacionados com o processo de turistificação, em muito auxiliam na compreensão da realidade territorial no local no momento em que o processo de turistificação atingiu seu limiar e exigiu novas medidas de planejamento. Analisar o concretizado e o devir permitirá incrementar essa trama e possibilitar o turismo deixar de ser uma transversalidade apenas a serviço de agentes dominantes e se inserir no espaço de todos como possibilidade para melhores as condições de vida da população local.

**Daniel Hauer Queiroz
Telles**

*Graduado y mestre en
Geografía pela Universidade
Federal do Paraná.*

*Doctorando en Programa
de Geografía Humana de la
Universidad de São Paulo.*

*Professor y investigador
del Curso de Turismo de
la Universidad Federal
do Pampa, campus de
Jaguarão/RS. Investiga
principalmente lo Turismo
Náutico, Planeamiento y
Organización del Territorio
Costero Brasileño, Turismo
y Desenvolvimento Regional,
Marinas y Puertos Deportivos,
Turismo en Islas.*

dhqt_geog@yahoo.com.br

DESTINO TURÍSTICO: UM PRODUTO DA TURISTIFICAÇÃO?

Inicialmente são colocadas algumas definições que auxiliam a conceituação de destino turístico, para posteriormente ser contextualizado este conceito em relação à algumas questões sobre o espaço e território. Isso, no intuito de explanar a tênue mas importante diferença na compreensão dos conceitos, como ponto de partida da discussão teórica.

A dinamização da atividade turística representa a realidade a ser imbricada nos espaços turísticos, em grau e gênero. Está diretamente associada ao que pode ser chamado de oferta turística. MONFORT *et alii*¹ citado por IVARS afirma que a “oferta turística se concebe como um conjunto de ofertas de bens e serviços de grande diversidade cujo denominador comum é sua orientação ao consumo da demanda turística”. Esta variedade nos sujeitos envolvidos permeia uma gama de interesses que podem estar ligados direta ou indiretamente ao produto turístico propriamente dito. (IVARS, 2003, p.27)

Produto turístico pode ser definido por um conjunto de bens e serviços, dentro de uma realidade integrada, que capta a demanda turística. Não se compõe de um só elemento “que percebe ou utiliza o visitante durante sua viagem e estadia nos destinos, para satisfazer suas motivações de lazer e de férias” (BOSH² In. VERA *et alii*).O produto turístico se apresenta como um conglomerado, uma amalgama, uma constelação de elementos tangíveis(bens, recursos, infraestruturas equipamentos) e intangíveis(serviços, gestão, imagem de marca e o preço em particular) (VALLS, 1996).

Por recurso turístico, entende-se “todo elemento natural, atividade humana ou todo resultado desta atividade humana que pode mover e gerar um deslocamento por motivos de lazer”. São a base sobre a qual se desenvolvem as atividades ligadas ao turismo. É importante ater-se em quais os atrativos de determinado destino que podem gerar interesse entre o público (VERA *et alii*, 1997 p.61).O destino, por sua vez, pode ser definido como um produto de base territorial, suscetível de englobar outros produtos, que necessariamente deve estar comercializado nos mercados turísticos através dos operadores do mesmo. Leva consigo uma marca identificadora(SANCHO *et alii*, 2001) que pode também ser entendida como a imagem do destino, devendo esta ser

percebida de maneira global em relação aos diversos produtos turísticos existentes no destino (GANDARA, 2003).

Existe uma nova concepção ligada ao modelo de turismo litorâneo, que enfoca questões mais diversas, além das comumente citadas, o se poderia chamar “sistema de produção turística avançado” (IWAND citado por IVARS, p.64). Consiste na mudança de fatores determinantes para o desenvolvimento da atividade turística nestes espaços. O que antes era sol, mar e areia (*sun, sea and sand*), hoje é auferido a outros fatores: segurança, aspectos sanitários, e satisfação (*security, sanitation and satisfaction*) (IVARS, 2003).

A questão determinante sobre qualificação e/ou desenvolvimento do turismo, está atrelada a fatores que respondam às expectativas do turista. Ao considerar segurança, satisfação e aspectos sanitários, estão relacionados questões sobre estes elementos, que proporcione uma experiência satisfatória de acordo com as perspectivas prévias por parte dos turistas.

A importância da infraestrutura e dos serviços essenciais para os habitantes incorre em condição para o que trataremos como turistificação. Tais obras e serviços estão entre as reivindicações primárias de uma dada comunidade receptora, sendo que os visitantes também utilizam tais elementos. A maneira como ocorre a implantação e manutenção da infraestrutura e dos serviços está, em muito, ligada aos mecanismos de pressão internos, que advém da organização e participação social.

As considerações de Vera (e outros 1997), ao relacionar território e turismo, caracterizam aquele como sendo suporte e fator por sua condição geográfica. Completam considerando que tal condição varia de acordo com atributos de caráter qualitativo de valor intrínseco – naturais ou culturais. Ao descrever a variação qualitativa afirma que esta “pode derivar da valoração social a que o espaço é conduzido” o que significa afirmar que existe um processo de “adequação dos recursos ou atrativos, e assim a sua conversão em produto e oferta, objeto de venda e consumo turísticos” (VERA *et alii*, 1997:61).

Knafou caracteriza três formas de relação entre território e turismo. A primeira diz respeito aos territórios sem turismo, que constituem locais e/ou regiões aonde não ocorre o turismo. De acordo com o autor, “há cada vez menos territórios sem turismo” devido a fatores como o progresso dos transportes e acessibilidade a áreas remotas. A segunda forma é relativa ao turismo sem território. Constitui em sítios ou lugares criados e/ou equipados, sem existir vínculos culturais com a região acolhedora, se denominam de “espaços receptáculos”, conforme o autor. A terceira forma refere-se aos “territórios turísticos”, locais onde ocorre a relação entre turistas e sociedade acolhedora. Devido a isso o autor caracteriza estes, constituídos por “problemas delicados de planejamento” (KNAFOU, 1999:72-73).

Dentre as três formas acima, poderíamos apontar para a transição entre a primeira e a terceira como manifestação do processo de turistificação. Este se utiliza do território para dar-lhe uma função cuja exigência paira na densificação de objetos específicos, de fluxos de visitantes e de uma imagem (YÁZIGI, 2001). Passa, assim, a ser atribuída uma nova função na divisão territorial do trabalho.

Em síntese, as concepções de território utilizadas sob o ponto de vista da interesalaridade deixam em aberto o próprio conceito de turistificação enquanto movimento e relação entre turismo e território. Por um lado, entendido [turistificação] enquanto significação dos lugares (MACHADO, 2010), que aproxima-se da nossa abordagem sobre ambiência relacional, cotidiano, patrimônio e lugar. Por outro lado, entendido enquanto função que qualifica o território turístico como tal na divisão territorial do trabalho. Considerada a importância do movimento, ou seja, do processo histórico do presente, entendemos que a própria definição conceitual do termo turistificação ainda está em aberto, mesmo considerando os fatores do processo apontados por KNAFOU (1996).

A concepção que aqui se aponta é de que a turistificação se diferencia do processo histórico, por delimitar aos subsistemas que possuem ligação com a afirmação do turismo em um território os elementos centrais da análise. Dessa forma, o processo em específico é um conjunto de ações resultantes em uma diferenciação tanto na identificação espacial, quanto funcionalização econômica, ou ainda, estruturação de um destino. Este sim, o produto da turistificação.

TERRITÓRIO, PLANEJAMENTO E GESTÃO

Reconhecidas as transformações relacionadas às novas tendências de organização espacial, onde a vontade econômica de grupos empresariais cada vez mais participa na regulação das normas antes exercidas exclusivamente pelo Estado. Cabe ao Estado, disciplinar esta ação, fiscalizando o cumprimento das normas estabelecidas para norteá-la. O uso da terra é regulamentado por Leis, denominadas leis de zoneamento. Estas definem as atividades que legalmente podem ser desenvolvidas em uma determinada área. O zoneamento, conforme coloca SOUZA (2002) foi concebido como uma ferramenta para o planejamento. O planejamento diversifica-se de acordo com a vocação do território relacionado. A partir das atividades potenciais em instalação, ou já evidenciadas num dado território verifica as capacidades de instalação e demandas socioeconômicas para então resolver que planejamento está mais evidenciado ao caso.

Atualmente existe a emergência de novas vertentes do planejamento, como o planejamento ambiental, planejamento turístico entre outros. Muitas vezes o planejamento é realizado, contudo não possui aplicação eficiente, estando vulnerável a demais condicionantes das dinâmicas sociais, de modificação da paisagem e dos demais processos existentes em um dado território.

Os problemas de ordenamento do território ligados a aspectos de gestão e autonomia passaram a justificar a necessidade de se atentar mais especificamente para o planejamento territorial, mesmo que, para este artigo, sem adentrar na questão da escala. Analisar e valorizar uma série de fatores que contribuem a explicar os processos e modelos de gestão territorial passou a ser considerado necessário em busca de obter uma visão aplicada e participativa dos componentes que influenciam as formas de uso do território baseadas na racionalização dos recursos. Para tanto, uma breve constatação sobre o espaço enquanto instância da sociedade se torna útil.

Os processos de planejamento e gestão não podem restringir-se a inventários descritivos, e sim considerar todos os elementos que condicionem ou venham a ter influência a partir do processo de transformação e articulação do território em virtude desta atividade. A ideia de movimento aproxima as categorias de espaço e de tempo ao turismo conotando a noção de turistificação. Dentro desta dupla interferência, busca-se em conceitos de cada vertente, atribuir a noção de

desenvolvimento turístico sem, no entanto, incorrer aos contrapontos intrínsecos ao próprio conceito desenvolvimento (CARDOSO e FALETTO, 1981; FURTADO, 1992; SOUZA, 1995).

Em especial para a atividade turística, a gestão participativa é considerada um modelo eficaz para atingir um modelo de gestão que congrega os esforços da comunidade, e constitui em uma tendência buscada mundialmente. (SANTANA, OLIVEIRA e BERENSTEIN, 2002)

A gestão participativa deve ser entendida como um instrumento fundamental envolvendo todos os atores sociais envolvidos no processo turístico. Para tanto, estes devem assumir seus papéis, considerando suas respectivas atribuições determinadas pelos benefícios e responsabilidades. O processo baseia-se na idealização de um turismo responsável, onde o desenvolvimento territorial em face da atividade turística é considerado processo ideal a ocorrer na perspectiva de longo prazo. (GANDARA, TORRES e LEFROU, 2003)

Dentre os benefícios potenciais acerca do desenvolvimento do turismo em determinado território, podem ser caracterizados como: a arrecadação de impostos por parte do poder público; aumento da lucratividade por parte da iniciativa privada; melhora na qualidade de vida na comunidade através de oportunidades de trabalho e geração de renda. Com relação às responsabilidades apontadas, salientam-se algumas como: implantação de políticas e infraestrutura por parte do poder público, conscientização em face aos aspectos naturais e culturais enquanto recursos para a iniciativa privada e da necessidade do envolvimento ativo da comunidade nas tomadas de decisões. (GANDARA, SILVEIRA e TORRES, 2005)

A participação da comunidade local na gestão participativa, aspectos referentes às reivindicações e os benefícios, representados pela vontade deste grupo social são considerações de primeira ordem a ser relevada, quase que natural ao território às vésperas de um processo de transformação turística. Em locais aonde a comunidade local não “participa e palpita com relação aos benefícios do turismo, não estão seguros nem os turistas, nem a área de entorno, nem a atividade turística.” (POON³, citado por GANDARA, 2003, p. 113)

Desta maneira, a inserção dos habitantes locais nas atividades econômicas desempenhadas pelo turismo, deve ser tida como prioridade, bem como o incentivo à qualificação, controle de pequenas empresas de turismo, melhoria na infraestrutura e serviços gerais para a comunidade, estímulo a aspectos culturais, que possibilitem ao turista a interação nestas atividades (dança, música ou teatro), preservando as tradições locais e estímulo à produção e consumo de produtos locais. Em caso contrário tornar-se-á difícil o desempenho de empresariado no local e o desenvolvimento turístico será resultado de um processo imperialista-colonialista. (OMT, 1999; GANDARA, 2003)

Entretanto, algumas questões fogem a toda esta idealização baseada na formalidade e articulação previsível de um território. A partir daí VERA (*et alii.*, 2003) atenta para especial atenção ao papel dos atores sociais locais e as relações existentes entre esferas de administração. Consiste em estar participando diretamente na decisão sobre o futuro de um destino, assim devendo aceitar o compromisso desta transformação baseada no turismo (*ibidem*). O que IOANNIDES (2006) atribui à adaptação inerente do turismo em busca da competitividade.

Exemplos recentes de iniciativas de participação têm ampliado os avanços por metodologias de trabalho aplicado. Entretanto, por não estar em um estágio avançado na prática, como o está no teórico (GASTAL e MOESH, 2007; GANDIN, 2009), o planejamento participativo apresenta-se exitoso em poucos modelos implantados no turismo brasileiro. As recomendações feitas em trabalhos referentes ao turismo sustentável constituem filosofias de conduta que em muitos casos distanciam-se da realidade. Ocorre, em alguns casos, que o mecanismo de governança territorial acaba por privilegiar grupos de interesse em detrimento de outros, resultando em uma gestão inadequada de atendimento aos serviços e às obras de infraestrutura de um território.

Um bom número de publicações aborda o planejamento turístico no cenário brasileiro (BRAGA 2007, PETROCHI 2009), tanto desde a ótica da evolução das políticas públicas e principais instituições nacionais (BENI, 2006), como desde a perspectiva do desenvolvimento econômico (FERNANDES e COELHO, 2002; RABAHY 2003). Alguns trabalhos abordam aspectos mais específicos, relacionados a diversas experiências locais (ÁVILA, 2009) e experiências no desenvolvimento regional (TOMAZZONI 2009, SOUZA e THEIS 2009). No entanto, ainda é desejável a elaboração de

parâmetros metodológicos que considerem: planejamento e gestão como processos superpostos no processo de turistificação; a sobreposição entre práticas centralizadas e descentralizadas; as dificuldades em se estabelecer um modelo de participação socialmente equitativo, devido ao fato da relação de forças modelarem os agentes decisórios em detrimento da participação dos atores locais.

Yázigi alerta para a existência de graves erros permeando o entendimento do planejamento no Brasil. O autor alega o reducionismo de alguns níveis abordados como cultura, turismo e questão ambiental; ocorrendo de estarem em “gavetas separadas no resto da organização social e econômica” ficando comumente nos planos de governo “como que pairando no ar”, “o que reduz a dimensão de seus conteúdos” empobrecendo a “possibilidade de planejamento” (YÁZIGI, 2003:155).

A gestão participativa vem sendo discutida e testada em territórios aonde existam aspectos de modos de vida comunitários. Dentre estes locais, os destinos turísticos podem ser tidos como exemplos consideráveis. É possível visualizar duas linhas problemáticas gerais acerca dessa modalidade: as diferentes abordagens disciplinares e a distinção entre atores e agentes na sociedade.

METODOLOGIA DA PESQUISA

Este estudo busca analisar os impactos ligados ao processo de desenvolvimento do turismo na Ilha do Mel. Baseia-se pesquisa bibliográfica e documental, considerando outras publicações antes apresentadas e elaboradas no intuito de aprofundar e divulgar o conhecimento sobre o local e a questão (TELLES, 2007; TELLES e GANDARA, 2009, TELLES,GANDARA, FONTOURA e SPERB,2011).

Ao longo do período da pesquisa (2004 – 2007) foram realizadas diversas visitas a campo. Este período possibilitou o reconhecimento das manifestações aparentes das problemáticas desta unidade geográfica de análise. Algumas das informações secundárias foram obtidas junto a acervos de órgãos oficiais e também em artigos, relatórios, teses e estudos entre outros documentos específicos sobre a área de estudo.

Alguns dos aspectos da infraestrutura e serviços podem ser apresentados por registros fotográficos, permitindo analisar a existência de equipamentos de suporte para a visitação (trilhas, sinalização, trapiche), quanto de aspectos desfavoráveis à prática do turismo e até mesmo da salubridade dos habitantes locais. São componentes que pesam na evidenciação das informações que puderam ser levantadas junto à população e agentes do turismo no local. Vale destacar que tais estruturas e serviços atendem ao destino turístico e ao território, uma vez que a população local se utiliza dos mesmos de igual maneira que os visitantes.

Figuras 1, 2 e 3 – Trilhas no Parque Estadual da Ilha do Mel



Fotos: Daniel Telles (2007)

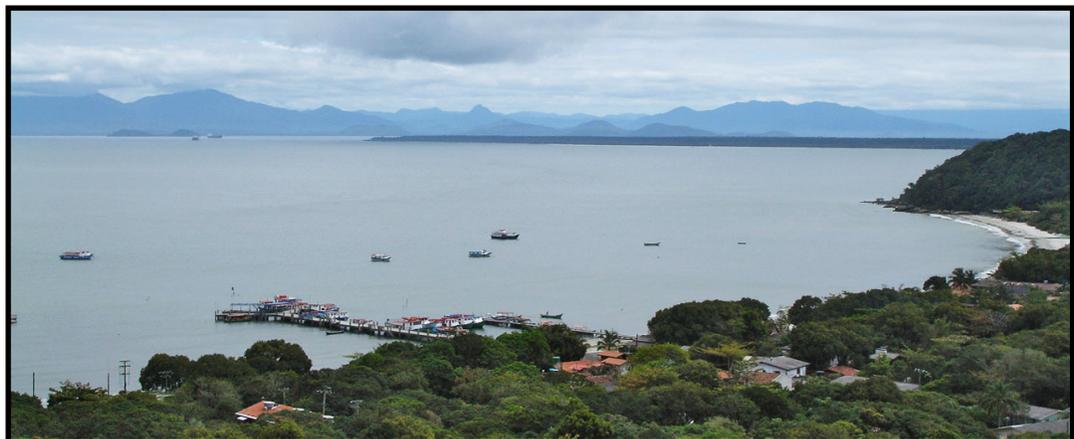
Figuras 4 e 5 - Passarela de acesso e sinalização turística da Gruta de Encantadas



Fotos: Daniel Telles (2007)

Foto: www.abaline.com.br (2008)

Figura 6 – Panorama do mar de dentro com os trapiches de apoio às embarcações na vila de Encantadas



Fotos: Daniel Telles (2007)

A abordagem com a componente social se baseou em pesquisa de campo e passou por duas etapas neste trabalho. Primeiramente foi realizada uma abordagem experimental, com aplicação de questionários-teste; fase preparatória apontando o método a ser seguido. A seguir foram realizadas entrevistas com representantes da comunidade membros de governança, junto aos chamados sujeitos de interesse da pesquisa. Houve, também, entrevistas específicas para a obtenção de informações gerais, utilizadas na caracterização da área de estudo. Os depoimentos realizados com representantes da sociedade nos grupos organizados sob a forma de associações ou ligados a cargos administrativos e de gestão no Conselho Gestor da Ilha do Mel, seguiram um roteiro semiestruturado de entrevista.

De acordo com a Portaria de número 087 do Instituto Ambiental do Paraná, de 19 de Maio de 2005, em seu artigo 2º, o Conselho Gestor da Ilha do Mel é constituído da seguinte forma a partir da data de publicação:

- Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA;
- Instituto Ambiental do Paraná – IAP;
- Sociedade dos Amigos da Ilha do Mel;
- Associação dos Moradores da Praia de Encantadas – AME;
- Prefeitura Municipal de Paranaguá;
- Paraná Turismo – PRTUR;
- Associação dos Barqueiros do Litoral do Paraná – ABALINE;
- Associação dos Comerciantes da Ilha do Mel – ACOIM (Brasília e Encantadas);
- Associação dos Nativos da Ilha do Mel – ANIMPO;
- Batalhão de Polícia Florestal – BPFLO;
- União das Mulheres da Ilha – EMILHA.⁴

A finalidade deste Conselho consiste em representar as reivindicações da sociedade da Ilha do Mel junto ao poder público, em virtude de suas necessidades e realizações de planos de governo e projetos pelo bem comum da comunidade. Tem como intuito gerir em administração participativa, “tendo a responsabilidade de negociar interesses diversos, e por vezes conflitantes, e

dirimir divergências, a fim de tomar decisões em consenso que garantam a proteção do ambiente natural e considere as necessidades sociais local” (ALEGRIA e SILVA, 2006).

A população local foi entendida como sistema social e isto buscou serem consideradas as particularidades e compreender algumas das relações internas específicas. Dentre os grupos que participam da organização social representados nas entrevistas, foram considerados os que possuem uma compreensão diferenciada dos elementos que compõem a realidade local, e legitimidade política em relação à sociedade, seja pelo poder público representado, seja pela sociedade civil organizada. Estes constituíram a fonte de informação para a análise dos temas, sendo devidamente caracterizados quanto à sua representatividade na sociedade local e/grupos de poder relacionados.

Os grupos sociais enfocados nesta pesquisa foram os representantes na governança a partir do Conselho Gestor. Alguns grupos não foram representados diretamente, tais como pescadores e carreteiros, por não estarem, à época dos levantamentos, representados especificamente junto a uma espécie de organização. Estes atores sociais utilizam as Associações de Moradores para suas questões políticas e reivindicações.

Parte dos entrevistados foi estabelecida a partir da composição do Conselho Gestor da Ilha do Mel, pelo fato dessa instância atribuir aos membros componentes, representatividade politicamente relevante. Dentre os membros – titulares ou suplentes – foram entrevistados aqueles que tivessem ligação com a Vila de Encantadas, por se tratar da maior população residente da ilha do Mel, bem como outros representantes vinculados a alguma organização local deste modo alguns dos integrantes não participaram das entrevistas por representar grupos sociais referente a outras comunidades na Ilha do Mel⁵.

Quadro - Entrevistados

Ocupação do Entrevistado	Representatividade Grupos Sociais / Área
Atendente Posto de Saúde de Encantadas	Saúde
Gerente Executiva Ilha do Mel – IAP	Poder Público – Coordenação da Ilha do Mel – IAP
Conselheiro – Prefeitura de Paranaguá	Poder Público – Administração Municipal
Conselheiro – ACEIM	Comerciantes
Agentes Especializados da empresa Gondwana Brasil Ecoturismo	Operadores Turísticos
Conselheiro - Sociedade Amigos da Ilha do Mel	Veranistas/ Freqüentadores
Conselheiro ABALINE	Barqueiros/Transportadores
Professora Escola Municipal Teodoro Valentim	Educação
Presidente AME	Comunidade (Moradores, Nativos, Pescadores Tradicionais, Carrinheiros, Jovens, etc.)
Conselheiro AME	Comunidade
Conselheiro PRTUR	Gestão Estadual – Turismo
Secretaria Executiva Conselho Gestor	Conselho Gestor
Conselheira – EMILIA	Mulheres da Ilha
Representante do Depto. Cultura AME, Condutor Turístico	Jovens, Artesãos, Condutores turísticos

Fonte: Telles (2007)

As entrevistas foram realizadas com base num roteiro e cada entrevistado fez as declarações de acordo com seu grau de conhecimento, sua posição político-ideológica e representatividade social. A aplicação das entrevistas consistiu em parte fundamental dentro das variáveis do trabalho

pois foram realizadas com o intuito de obterem indicadores sobre os temas trabalhados. Foram exploradas questões gerais e específicas através de perguntas abertas.

Visando identificar as características essenciais, os significados, as convergências e divergências dos conteúdos das entrevistas, utilizou-se a análise dos conteúdos que permite abordar atitudes, valores, representações, mentalidades e ideologias e para validar os resultados se utilizou o emparelhamento dos mesmos com os aspectos conceituais anteriormente discutidos (LAVILLE e DIONNE, 1999).

O TURISMO NA VILA DE ENCANTADAS

As informações necessárias para analisar a área de estudo foram encontradas em documentos e bibliografia específica existente nos arquivos do órgão público competente, além de estudos publicados. Entretanto, tais fontes não foram suficientes para descrever suficientemente os aspectos econômicos e relacionados a infraestrutura e serviços que serão abordados neste artigo. Dessa forma, foram geradas através de pesquisa qualitativa informações complementares para caracterizar a área de estudo. Inicialmente estão apresentados alguns aspectos referentes à Ilha do Mel em geral, para então especificar, por temas, a Vila de Encantadas, comunidade singular com relação aos impactos do desenvolvimento da atividade turística na ilha.

Localização

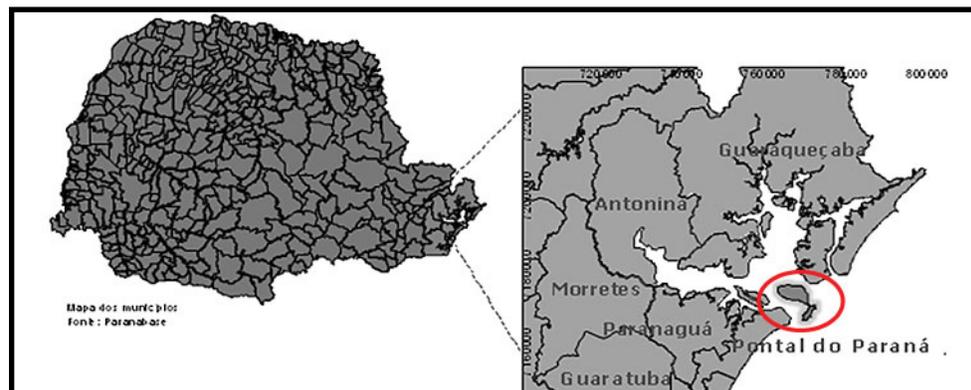
A Ilha do Mel está situada na desembocadura do complexo estuarino da Baía de Paranaguá. (Figuras 1, 2). por contar com importantes riquezas naturais e culturais, gerações de visitantes vêm conhecendo-a, frequentando-a e acompanhando suas mudanças. De sua área, grande parte é protegida e preservada, mas possui alguns setores de ocupação humana, tradicionalmente ocupados por pescadores e antigos habitantes e mais recentemente por pessoas de fora, resultado do desenvolvimento do turismo.

Figuras 1 e 2: Localização Cartográfica da ilha do Mel, Estado do Paraná – Brasil

Figura 1 – América do Sul / Brasil e o Estado do Paraná



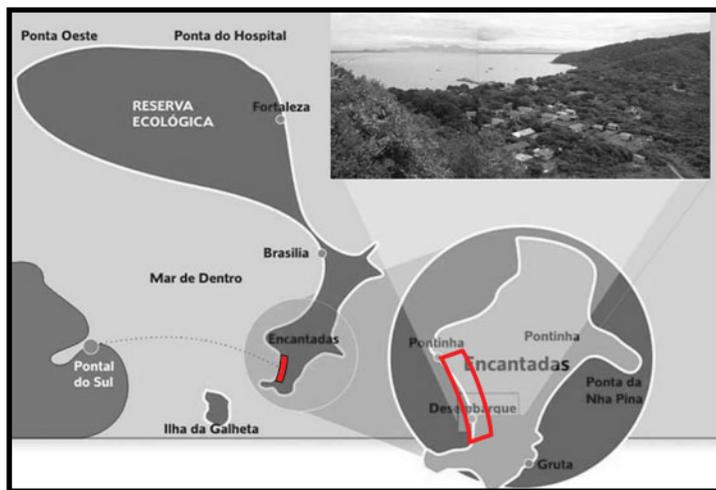
Figura 2 – O Estado do Paraná e sua Zona Costeira



Organizado pelos autores – 2011

A vila de Encantadas está situada no Sul da Ilha do Mel (Figura 3) e situa-se ao longo de quase toda a linha de praia voltada para o continente, denominada Prainha pelos habitantes. À Oeste está o limite com o canal de acesso à navegação ao porto de Paranaguá. Ao Norte, acompanha a base do morro do Miguel, ou Bento Alves, o maior e mais elevado de toda a Ilha. Ao Sul, situam-se os morros do Caraguatá e o Morro do Encantado como limites. À Leste, em direção ao Oceano Atlântico, limita-se com o Parque Estadual da Ilha do Mel, onde estão situados morros, praias e a gruta (Foto 1).

Figura 3 - Ilha do Mel e vila de Encantadas



Organizado pelos autores - 2011

Figura 4: A Vila de Encantadas, o Parque Estadual da Ilha do Mel e as praias do Mar de Fora



Foto: Daniel H. Q. Telles / 2008

Aspectos políticos e de ocupação

A Ilha do Mel pertence ao município de Paranaguá. É tombada pelo Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Estado do Paraná (Lei nº. 1.211/53). Está vinculada aos poderes de gerenciamento do governo estadual desde 1982 quando da concessão de uso sob a forma de aforamento (Portaria nº160 de 15 de Abril de 1982). Esta transferência passou do S.P.U. (Serviço do Patrimônio da União), vinculada ao Ministério da Fazenda, para o governo do Paraná a responsabilidade, que por sua vez direcionou aos poderes do ITCF (Instituto de Terras e Cartografia) autorização para outorgar concessões de uso na Ilha (Decreto nº. 4.964/85), passando então para a responsabilidade de gestão ao Instituto Ambiental do Paraná, dos poderes para a fiel execução da gestão no local (PARANÁ, 1986; PARANÁ, 1996).

A ocupação da Ilha do Mel consiste basicamente em áreas de Unidade de Conservação (95%) e Setores de Ocupação (5%). Possui uma área de aproximadamente 2.762 hectares e perímetro de aproximadamente 35 quilômetros (PARANÁ, 1996 *op. cit.*). São atualmente reconhecidas oficialmente, duas áreas de Unidade de Conservação e quatro setores de ocupação. As unidades de conservação são: a Estação Ecológica da Ilha do Mel (EEIM) e o Parque Estadual da Ilha do Mel (PEIM). Os Setores de Ocupação são: Fortaleza, Nova Brasília, Farol, e Vila de Encantadas. Os setores de ocupação da Ponta Oeste e da Praia Grande não são reconhecidos oficialmente pelo Estado (Soares⁶).

Todas as áreas de ocupação dentro da Ilha do Mel estão em zona de amortecimento das Unidades de Conservação⁷. Estão, portanto, condicionadas aos termos existentes na Lei 9.985, de 18 de Julho de 2000 que regulamenta o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (BRASIL, 2000).

De acordo com documento Diagnóstico para Comissão de Elaboração do Plano de Instruções Básicas para a Ilha do Mel, Paraná (1999), a Vila de Encantadas possui área de 199.285m², dos quais 87% estão ocupados (p.3sqq). É um dos quatro povoados oficialmente existentes na Ilha do Mel, de acordo com a classificação do Estado atual sobre as áreas de ocupação⁸.

Aspectos de infraestructura e serviços

As principais estruturas de apoio ao transporte de acesso à ilha são os portos de atracagem. Por conferir-lhe caráter de porto natural, a parte oeste da mesma, que está voltada ao continente, abriga as embarcações que são os únicos meios de transporte motorizados permitidos em toda a ilha. Neste sentido, os trapiches públicos se constituem em importantes obras de infraestrutura para o turismo. Há um modelo de gestão comunitária no manejo de tais equipamentos, que servem como forma de manutenção dessas obras fundamentais ao acesso de visitantes e moradores à ilha. Essa constatação remete à governança da infraestrutura a partir de grupos envolvidos não somente com o destino, mas com o território, desde a perspectiva de KNAFOU (1997).

A partir da entrada dos visitantes, existem os carrinheiros que deslocam as bagagens e cargas de visitantes de modo organizado. Durante o verão, o controle de acesso nos trapiches como zona específica de uso turístico, bem como a prestação de serviços de informações turísticas e a logística das embarcações movimenta a face oeste, também conhecida como Prainha, ou Praia de Dentro, conferindo a esta praça um lugar de grande apreço pelo turismo, resultando à adaptabilidade dos destinos em transformação, como apontado no marco teórico (BOSH, 1993; VALLS, 1996; MONFORT *et alii*, 1996; SOUZA, 2002; IVARS, 2003; IOANNIDES, 2006; MACHADO, 2010;).

Figuras 5 e 6 – Carrinho de cargas padrão e trapiche das Encantadas



Fotos: Paulo Y. Takarada (disponível em Panoramio.com)

O fluxo de turistas na Ilha do Mel obteve diminuição ao longo dos primeiros anos do século atual. Especula-se que esta diminuição esteja atrelada aos problemas ambientais da Ilha do Mel, e que estes estejam ocorrendo em função da própria atividade de turismo (SPERB e TEIXEIRA, 2006). Mas também podem ser acrescidos os déficits quanto à infraestrutura, incluindo aí os serviços essenciais prestados à sociedade como um todo (moradores, turistas e excursionistas), tais como a saúde e segurança.

A realidade resultante das transformações no processo de turistificação resultou pela inserção de um grupo social representado pelos empresários e comerciantes no local e também a partir da caracterização do local como destino turístico de massa, durante o verão. A forte sazonalidade é uma característica marcante no local, sendo os períodos de feriados de ano novo e carnaval, os que representam maior número de frequentadores, havendo a intervenção da fiscalização na entrada de visitantes. A alta procura pela Ilha do Mel durante o verão é o bastante para torná-la um local que possui dois modos de vida distintos, caracterizados pelos meses de alta temporada e o resto do ano, o turismo sazonal é fortemente marcante na ilha, com um perfil de visitantes diversificado (SILVEIRA, 1998; NIEFER, 2002).

O acesso à Ilha do Mel passou a ser controlado a partir dos pontos de embarque em Paranaguá e Pontal do Sul, aonde existem postos de acesso e controle de fluxo turístico. Ao adquirir a passagem de barco para a o local, são cobradas taxas de visitação, e preenchidos controles de acesso, com o intuito de arrecadar fundos para serviços e obras na Ilha e controlar o número de visitantes. A capacidade de carga teve fundamental papel na mudança dos fortes impactos que ocorriam com a entrada liberada de quantidade de visitantes (SPERB, 2008).

O principal atrativo turístico da ilha do mel é a questão natural, mas também elementos atrelados à cultura, lazer e história locais. A ilha toda possui praias, morros, áreas de vegetação conservadas (mata atlântica) que oferecem opções de caminhadas, apreciação das paisagens naturais, pesca, voos livres (asa-delta e *paragliding*), surfe, mergulho, corridas de aventura, além de passeios de barco, entre outros esportes e modalidades de aventura. Nas vilas, encontram-se pousadas, *campings*, bares, restaurantes como opções de lazer fora dos roteiros de aventura. Configura-se

assim num lugar de opções variadas para o turista, não estando associada a uma única questão que lhe caracterize um modo específico de segmento turístico, adquirindo a perspectiva global de um destino turístico sustentadas pelas ideias de GANDARA (2003), SANCHO *et alii* (2001), VERA *et alii* (1997) e YÁZIGI (2003). Abrange principalmente o turismo de massa para a época de alta temporada, nos meses de verão, e turismo de baixo impacto ao longo do ano todo, além de ser frequentada por moradores de segunda residência.

A Vila de Encantadas constitui-se em um local de atrativos significativos dentro do contexto do turismo. As suas qualidades paisagísticas, culturais e oferta de entretenimento e lazer vêm sendo exploradas como recurso para o desenvolvimento da atividade turística a partir da afirmação turística do lugar, uma das faces da turistificação (MACHADO, 2010). Também podemos atribuir à perspectiva de que a turistificação incorpora uma função na divisão territorial do trabalho, fato ocorrido na Ilha do Mel, uma vez que o turismo se constitui atualmente na principal atividade econômica do local. Ainda, pode-se responsabilizar o turismo pela modificação da paisagem e o remodelamento territorial, conforme apontado por VERA (*et alii*, 1997) conformando a outra face da turistificação.

Algumas opiniões da comunidade local

Buscando apresentar e discutir de maneira sistemática os diferentes quesitos que permitem a interpretação da turistificação na Ilha do Mel analisando os impactos relacionados à atividade turística, a seguir são apresentados os resultados da pesquisa de campo realizada com os representantes da comunidade local. Inicialmente são tratados os aspectos da infraestrutura e serviços essenciais. Cada grupo de temas envolve diferentes assuntos que auxiliam a compreensão das principais consequências do desenvolvimento (CARDOSO e FALETTO, 1981; FURTADO, 1992; SOUZA, 1995) turístico (FERNANDES & COELHO, 2002; RABAHY, 2003; BENI, 2006; BRAGA, 2007; PETROCHI, 2009; ÁVILA, 2009; TOMAZZONI, 2009; SOUZA & THEIS, 2009) na configuração do território da área analisada.

Os aspectos da infraestrutura correspondem aos serviços básicos fornecidos para a comunidade bem como as condições estruturais do espaço físico dos setores de ocupação. Por se tratarem de áreas modificadas, algumas implicações complementares relacionadas a esses aspectos também foram consideradas, como por exemplo, a poluição e a segurança. É importante destacar que existem na ilha serviços e atividades como educação, atendimento à saúde e coleta de lixo. Tratam-se de serviços essenciais à sociedade que são prestados com base em um modelo de gestão compartilhada do município de Paranaguá e do estado do Paraná, através da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

Segundo os entrevistados, o serviço de saúde tem sido bem atendido nos últimos anos. Houve melhora de uma maneira geral, sendo um impacto positivo para a comunidade, ainda que durante os meses de inverno ocorra a falta de médicos, devido à demanda da população local e a disponibilidade destes profissionais no atendimento. Quanto aos equipamentos uma das prioridades apontadas é um veículo de pronto atendimento adaptado a emergências, no caso uma embarcação.

Saneamento e fossas constituem o maior problema na áreas de ocupação mais populosas. Há críticas severas aos órgãos ambientais e administrativos da Ilha do Mel, em relação ao problema do esgoto. Argumentações sobre a falta de critérios na fiscalização, que mesmo ocorrendo não atentar-se aos principais geradores de resíduos sólidos e de efluentes: os estabelecimentos comerciais. O esgoto reflete uma péssima reputação no turismo e qualidade de vida. Responsável pelo aumento das enfermidades durante os meses do verão e prejudicial à biota local interfere também negativamente nos recursos pesqueiros. A população local vive grande expectativa de implantação de medida solucionável para este problema, tornando a participação uma modalidade de governança frustrada neste sentido (GASTAL e MOESH, 2007; GANDIN, 2009), no entanto que deva ser pensada em longo prazo (GANDARA, TORRES e LEFROU, 2003), sobretudo para problemas mais críticos.

Os serviços de segurança pública na ilha do Mel mudaram significativamente em relação ao final do século passado. Dois são os motivos por esta transformação: a ação do patrulhamento

de equipes de policiamento e guarda-vidas no local e a mudança de perfil do turista. Apesar de haverem manifestações pontuais bem esporádicas de pequenos delitos, a segurança na ilha do Mel passou por uma transformação importante dentro do espectro da própria turistificação. Se, num primeiro momento o assunto podia ser um sério agravante social, mais recentemente se verificou um fator preocupante e, posteriormente foi contornado mediante a postura regulatória da própria gestão policial exigida pela população (POON, 1998 apud GANDARA, 2003), bem como medidas de planejamento turístico (YÁZIGI, 2003).

A proposta de turismo na ilha do Mel fez com que as demandas internas por oportunidades se apercebessem por experiência própria, que medidas de segurança seriam possíveis com a colaboração dos nativos. A ideia de que estes possam ser uma ameaça ao visitante foi gradativamente trabalhada com a sensibilização da comunidade em relação a alguns aspectos de hospitalidade. Desse modo, o que se pode conferir a partir das exposições das lideranças, é que apesar de ainda não ser um problema totalmente contornado, a segurança no local deixou de ser uma ameaça ao turismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da problemática central deste artigo, foi possível atrelar ao destino turístico analisado Ilha do Mel o protagonismo em relação ao território de mesmo nome. Essa tênue distinção foi elemento norteador que conduziu a investigação sobre a gestão e o planejamento, tendo como pano de fundo os aspectos de infraestrutura e serviços existentes na Vila de Encantadas. Deste modo, conclui-se que a turistificação marcou um fato na Ilha do Mel, tendo sido resultado de algumas medidas de planejamento deliberadas, mas que em seu período mais importante e de pressão mais forte, o processo de turistificação não contou com novas práticas de planejamento tais como uma gestão territorial que estivesse acompanhando as transformações e direcionando os impactos e as principais fragilidades observadas.

Mudanças qualitativas tem ocorrido no que diz respeito às infraestruturas e aos padrões de serviços oferecidos. Isto se estabeleceu entre outras razões, pela mudança de perfil do turista no local influenciados pelos custos em torno da hospedagem, lazer e alimentação, além da taxa de visitação: aspecto que sucedeu medidas de gestão territorial (VERA *et alii*, 1997; KNAFOU, 1999; YÁZIGI, 2003). Este pode ser considerado um exemplo de estratégia na qualificação da turistificação.

Muito embora a gestão local tem sido relativamente improvisada, marcada por uma concepção de interesses e estratégias para o turismo destituídos de uma compreensão sobre a turistificação como componente do processo histórico de formação socioespacial da área de estudo. Este descompasso abre margem para uma forma espontânea de turistificação, de insuficientes planejamento e quadro humano tecnicamente capacitado. Aspectos de ilegalidade e informalidade se tornam bastante representativos, ao mesmo tempo em que as condições de infraestrutura e serviços adquirem qualificação que atende tanto ao destino como ao território. Essa tênue diferenciação, para a ilha do Mel, se torna em uma particularidade ímpar no contexto do turismo: a indiferenciação quanto ao atendimento ao usuário, seja o turista ou o morador, afinal a infraestrutura e os serviços são os mesmos.

Uma melhor concepção sobre o planejamento, a gestão e a organização do território pode significar êxito, uma vez que permite o entendimento sistematizado e, conseqüentemente, a aproximação entre os gestores e população da Ilha do Mel, o que nem sempre ocorre.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alegria, M. F. e H. P. Silva (2006), *Refletindo sobre a dimensão coletivista do Conselho Gestor II Seminário de Áreas Protegidas e Inclusão Social*, Programa EICOS-IP/UFRJ.
- Bernardes, A. et al. (2000), "O papel ativo da Geografia: um manifesto", in *Encontro Nacional de Geógrafos*, 12., Florianópolis, SC, jun.
- Bernardes, J. A. (1995), "Mudança Técnica e Espaço: Uma Proposta de Investigação", em I. E. Castro, P.C.C. Gomes e R. L. Corrêa (Org.) *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio De Janeiro, Editora Bertrand Brasil.
- Brasil (2000), *Lei 9985*, de 18 de Julho de 2000, disponible em <http://www.lei.adv.br/9985-00.htm> [acessado o 13 de outubro de 2009].
- Cardoso, F. H. C. y E. Faletto (1981), *Dependência e Subdesenvolvimento na América Latina – ensaio de interpretação sociológica*, 6ª ed., Rio de Janeiro, Zahar.
- Coriolano, L.N.M.T (2003), "Os limites do desenvolvimento e do turismo", in *O turismo de inclusão e o Desenvolvimento Local*. Org. Coriolano, L.N.M.T. Ed. Premius, Fortaleza.
- Ferretti, E. R. (2002), *Turismo e Meio Ambiente: Uma abordagem integrada*, São Paulo, Ed. Roca.
- Furtado, C. (1992), "O Subdesenvolvimento Revisitado", em *Revista Economia e Sociedade*, vol. V, núm.1, pp. 5-19.
- Gandara, J. M. G. (2003), "La sostenibilidad de los destinos turísticos urbanos. In Molina, S. (edit), *Organizaciones del Tercer Sector en el Turismo*", em *Turismo 1*, REDES, Ciudad de Mexico, pp. 91-118.
- Gandara, J. M. G., E. Torres, e D. Lefrou (2003), "A participação de todos os atores no processo turístico", in *Anais do I Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul*. U.C.S. Caxias do Sul.
- Gandara, J. M. G., C. E. Silveira e E. Torres (2005), *Os atores envolvidos e sua importância no desenvolvimento de destinos/produtos turísticos sustentáveis e competitivos* In: *Anais IX ENTBL*, ISSN: 1808-9755, Recife. h
- Hiernaux, Nicolás (2003), *Turismo y sustentabilidad: crisis de paradigmas y nuevas orientaciones* In. *Desarrollo turístico y sustentabilidad – Gomez Nieves, S.* Universidad de Guadalajara, Mexico.

- Ioannides, Dimitri (2006), *Re-engineering established products and destinations*. In: *Tourism Business Frontiers*. Costa, C.; Buhalis, D. (Org.). ISBN: 0 7506 6377 4. Elsevier Butterworth-Heinemann: Oxford.
- Laville, C. e J. Dionne (1999), *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*, Porto Alegre, ed. Artes Médicas Sul Ltda, Belo Horizonte e UFMG.
- Niefer, I. A. (2002), *Análise do perfil dos visitantes das Ilhas do Superagui e do Mel: Marketing como instrumento para um Turismo Sustentável*. Tese de Doutorado, Depto. Engenharia Florestal, UFPR. Curitiba.
- OMT, (1999), *Guia para administraciones locales: desarrollo turístico sustentável*, Turismo y medioambiente OMT, Madrid.
- Paiva, S. M. C. (2001), *Os Programas Governamentais para o Desenvolvimento do Turismo, Incluindo o Turismo Ecológico*, In <http://www.senado.gov.br/conleg/artigos/economicas/OsProgramasGovernamentais.pdf>, [acessado em 15 de octubre de 2009].
- Paraná,(1986), *Coletânea da Legislação e Documentação sobre a Ilha do Mel*. IAP.
- Paraná (1996), *Plano de Manejo – Estação Ecológica da Ilha do Mel – PR*. Instituto Ambiental do Paraná e Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.
- Paraná, (1999), *Ilha do Mel- Análise da expansão urbana*, Comissão para elaboração do plano de instruções básicas, Curitiba.
- Sancho Perez, A., G. GarciaMesana, A. Pedro Bueno e R. M. YaguePerales (2001) *Auditoria de Sostenibilidad em los Destinos Turísticos*. Valencia, MINIM
- Santos, M. (1992), *Espaço e método*, 3 ed. São Paulo, Nobel.
- Santos, M. e M. L. Silveira (2001), *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro, Record.
- Silveira, M.A. (1998), "Ecoturismo na Ilha do Mel/Paraná", Em *Turismo e Meio Ambiente*, Fortaleza, v.1. Ed. UECE.
- Souza M. L. (2002), *Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*, Rio de Janeiro, Bertrand.

- Souza, M. L. (1995), "O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento", In CASTRO. Iná Elias; GOMES, Paulo César da C.; CORRÊA, Roberto L. *Geografia: conceitos e temas*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, pp.77-116.
- Sperb, M. P. e Teixeira Rivanda Meira; (2006), "A Sustentabilidade Ambiental do Turismo Na Ilha do Mel, PR: Perspectiva dos Gestores Públicos", em *Turismo. Visão e Ação* (Itajaí), v. 8, núm. 3, pp. 1-10.
- Telles, D. H. Q. (2007), *Análise sobre os aspectos socioambientais e da atividade turística na Vila de Encantadas -Ilha do Mel*. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em Geografia da Universidade Federal do Paraná.
- Telles, D. H. Q. e J. M. G. Gandara (2009), "Desenvolvimento do Turismo e Questões Socioambientais na Vila de Encantadas, Ilha do Mel-PR: uma análise a partir da perspectiva da sociedade local", Em *Revista Turismo Visão e Ação*, v 11, núm. 1, pp.23-40.
- Telles, D. H. Q., J. M.G Gandara, L. Fontoura e M.Sperb (2011), "Gestión Territorial y Planificación Participativa en la "Ilha do Mel" –Brasil: Conceptos y Prácticas"em *Estudios y Perspectivas en Turismo*, v. 20, pp.270-287.
- Valls, J. F. (1996), *Las Claves del Mercado Turístico*, Bilbao, Ediciones Deusto.
- Vera Rebollo, J.F., F. López Palomeque, M. Marchena Gómez e S. Anton Clavé (1997) *Análisis territorial del turismo*. Barcelona, ed. Ariel Geográfica.

NOTAS

¹ MONFORT, V., MORANT, A. e IVARS, J. "Oferta turística" in. PEDRENO, A. (dir.) "Introducción a la economía del Turismo em Espana". Civitas, Madrid. 1996.

² Bosch, R. "Turisme i medi ambient: la relació entre els agents del sector i l'administració pública" em Perspectives del medi ambient als municipis del litoral, Barcelona, Diputació de Barcelona, Estudis i Monografies, 1993.

³ POON, A. "Participacion de las comunidades locales en el desarrollo turístico e incidència econômica em los pequenos estados insulares em desarrollo". In: Ponencia presentada em la Conferencia Internacional sobre Turismo Sostenible em Pequenos Estados Insularea em Desarrollo y Otras Islãs. Organizacion Mundial del Turismo. Lanzarote, 1998.

⁴ A presidência e secretaria executiva do Conselho Gestor são cargos determinados pelo Estado, sendo representantes do IAP e /ou SEMA.

⁵ Constituem estes grupos sociais: ANIMPO – Associação dos Nativos da Ilha do Mel e Ponta Oeste. Esta Associação representa os nativos da Praia Grande, Vila do Farol, Nova Brasília, Fortaleza e Ponta Oeste. A AME – Associação dos Moradores de Encantadas possui esta representatividade na área de estudo.

ACTURIM – Associação dos Comerciantes e do Turismo da Ilha do Mel. Esta Associação representa estes setores (comercio e turismo) na Vila do Farol e Nova Brasília. A Associação dos Comerciantes da Ilha do Mel, Encantadas representa esta representatividade na área de estudo.

⁶ Informação obtida em entrevista a partir da coordenadora do Projeto Operação Verão na Ilha do Mel, Ângela Soares, 2006.

⁷ Área no entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a Unidade.

⁸ Os setores de ocupação da Ponta Oeste e da Praia Grande não são oficialmente reconhecidos. Estes focos de ocupação estão dentro de áreas de preservação ambiental e devem ser oficializados após a realização da Regularização Fundiária (Fonte: informação verbal, Soares, 2006).



FICHA BIBLIOGRÁFICA:

Queiroz-Telles, D. H. y Gonçalves-Gandara, J. M. Aspectos de
infraestrutura e serviços como indicadores da turistificação
na Vila de Encantadas, Ilha do Mel (Brasil).

El Periplo Sustentable. México:

Universidad Autónoma del Estado de México,

julio/diciembre 2011, núm. 21

<http://www.uaemex.mx/plin/psus/periplo21/articulo_06.pdf>.

[ISSN: 1870-9036].